



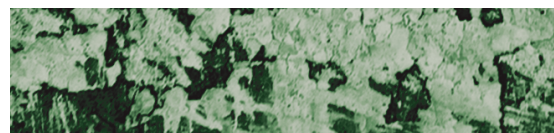
CAPA

A garota
é um alvo?

QUEM É O REAL INIMIGO?

ENQUANTO AS FORÇAS ARMADAS VOLTAM A OCUPAR AS RUAS E OS MORROS, A POPULAÇÃO FLUMINENSE SOFRE COM O DESEMPREGO E O AVANÇO DA POBREZA

por RODRIGO MARTINS *





Com mais de 2,5 milhões de visualizações em cinco dias, um vídeo oferece dicas de sobrevivência para os moradores de favelas do Rio de Janeiro, sobretudo os negros, em tempos de intervenção federal, com as Forças Armadas no comando de todas as operações de segurança pública. Nas imagens, com duração de pouco mais de três minutos, os youtubers Edu Carvalho, Spartakus Santiago e AD Junior ensinam como se portar diante de uma *blitz* e fazem uma série de recomendações. Evitar atividades de madrugada, não sair de casa sem documento de identificação, se possível levar também a carteira de trabalho e notas fiscais de eletrônicos que carregam na bolsa, como smartphones ou câmeras fotográficas. Um ponto é reforçado: andar sempre com o telefone celular e a bateria carregada. “É com ele que você consegue fazer não apenas as ligações, mas as gravações (*de abordagens abusivas*), além de compartilhar com seus amigos e familiares a sua localização”, enfatiza Carvalho.

Os jovens têm motivos para se preocupar, ao considerar o longo histórico de violações aos direitos humanos nas operações militares nos morros fluminenses. Em novembro de 2017, para citar um exemplo, uma operação conjunta do Exército com o Core, unidade de elite da Polícia Civil, acabou com sete corpos espalhados por uma estrada do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio. Ao todo, 11 civis foram baleados. Semanas depois, morreria a oitava vítima. Passados três meses de investigações, os autores da chacina ainda não foram identificados. Os policiais apontam o dedo para os militares, e vice-versa. Ninguém assume a responsabilidade.

Na manhã da terça-feira 20, as Forças Armadas promoveram uma das primeiras incursões pós-intervenção na favela

Kelson’s, localizada às margens da Baía de Guanabara e vizinha do Centro de Instrução Almirante Alexandrino, da Marinha. “Queremos mandar um recado para a criminalidade e mostrar que estamos presentes”, disse o coronel Roberto Itamar, porta-voz do Comando Militar do Leste. Não é possível saber se a operação intimidou a bandidagem, mas não há dúvidas de que os alunos de uma escola da prefeitura tremeram de medo. Naquela manhã, com fuzis a tiracolo, militares inspecionaram as mochilas de crianças diante de um fotógrafo da Associated Press. A cena correu o mundo e deixou a mídia estrangeira boquiaberta.

A desconfiança dos moradores de comunidades pobres é alimentada ainda pelas espantosas declarações de integrantes da cúpula das Forças Armadas. Na segunda-feira 19, durante a reunião do Conselho da República, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, disse ser preciso dar aos militares “a garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade”. Ao que parece, o oficial parece confundir a punição de torturadores com o uso legítimo da força em situações de confronto. Ex-comandante das tropas da ONU no Haiti, o general da reserva Augusto Heleno Ribeiro Pereira, por sua vez, saiu em defesa de uma mudança na chamada “regra de engajamento”, uma espécie de manual das situações em que os soldados podem ou não usar a força contra civis. Com isso, emendou, os militares no Rio teriam “o poder de ferir e chegar ao ferimento letal daquele sujeito que tivesse ato ou intenção hostil”.

**EM DEZ ANOS,
HOUE AO MENOS
13 OPERAÇÕES
MILITARES NO RIO.
OS RESULTADOS
FORAM PÍFIOS**

Em nota conjunta, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Câmara Criminal do Ministério Público Federal manifestaram preocupação com a possibilidade de as forças de segurança no Rio solicitarem mandados de busca e apreensão coletivos, sem especificação dos destinatários. “Mandados em branco, conferindo salvo-conduto para prender, apreender e ingressar em domicílios, atentam contra inúmeras garantias individuais, tais como a proibição de violação da intimidade, do domicílio, bem como do dever de fundamentação das decisões judiciais”, diz o texto, subscrito por quatro procuradores. Eles criticaram ainda as declarações de autoridades civis e militares que “defendem a violação de direitos humanos” por parte do interventor e das Forças Armadas, “ou pelo menos a impunidade para eventuais abusos”.

Os cariocas acostumaram-se com a presença dos militares nas ruas da capital. Em 1992, o então presidente Fernando Collor de Melo enviou 17 mil soldados para reforçar a segurança da conferência da ONU sobre meio ambiente, a Rio-92. Desde então, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (conhecidas pela sigla GLO), regulamentadas por uma lei de 1999 e por um decreto de 2001, multiplicaram-se na “Cidade Maravilhosa” e em outros municípios da Região Metropolitana. Nos últimos dez anos, houve ao menos 13 operações das Forças Armadas no estado do Rio. A intervenção decretada por Temer abre, porém, um inédito capítulo na história das tentativas de estancar a violência local. Apesar do uso das tropas em outras ocasiões, é a primeira vez, desde o fim da ditadura, que o Planalto interfere diretamente no governo estadual, avocando para si a competência de gerir a segurança pública com um interventor.

Ao anunciar a intervenção, em rede nacional de rádio e televisão, Michel Temer levou o cinismo a outro patamar.

Denunciado por organização criminosa pela Procuradoria-Geral da República, além das imputações por corrupção e obstrução da Justiça, disse que o crime organizado “quase tomou conta” do estado. “É uma metástase que se espalha pelo País e ameaça a tranquilidade de nosso povo”, afirmou. “Estamos vendo bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis, avenidas transformadas em trincheiras.” Embora a descrição se encaixe bem à realidade fluminense, é incompreensível o súbito espanto do presidente ilegítimo. O que mudou na paisagem do Rio para ele tomar uma decisão tão drástica? Nada, respondem as estatísticas.

“Não houve nenhuma explosão de violência no Rio durante o Carnaval”, tratou de esclarecer Joana Monteiro, presidente do Instituto de Segurança Pública, órgão responsável pela divulgação de dados oficiais do governo fluminense. Entre 9 e 14 de fevereiro deste ano, foram registradas 5.865 ocorrências policiais no estado,



Os moradores exigem a punição dos responsáveis pela chacina do Salgueiro

A CORRUPÇÃO NÃO É O (ÚNICO) PROBLEMA DO RIO DE JANEIRO

A SERGIO LIRIO

Uma análise recente das finanças do Rio de Janeiro realizada pelo economista João Sicsú, professor da UFRJ, desmonta o senso comum de que os graves problemas financeiros do estado se devem única e exclusivamente à corrupção. “O problema mais relevante não é a quantidade de dinheiro que roubavam. Um problema ainda maior é que não tinham tempo nem vontade ou ideias para pensar no desenvolvimento do estado”, afirma. “A degradação da segurança pública, da saúde e da educação é apenas uma consequência das ideias da elite política que temos.”

CartaCapital: Há um senso comum de que a corrupção

é a causa única dos problemas atuais do Rio de Janeiro. Suas recentes análises das finanças do estado comprovam essa teoria?

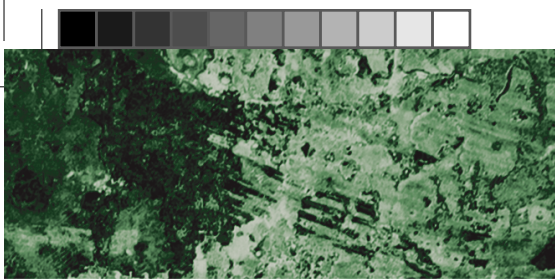
João Sicsú: É fácil colocar a responsabilidade na corrupção. Dessa forma, a análise torna-se quase emocional. Mas a realidade é outra. A mais importante receita do estado do Rio de Janeiro vem da cobrança de ICMS. Existe uma forte correlação entre o número de desempregados e o volume real de ICMS arrecadado. O desemprego aumentou em linha com o desastroso desempenho da economia brasileira. Em 2014, havia 450 mil

desempregados no estado, hoje esse número triplicou, é de 1,3 milhão. Portanto, como esperado, as receitas de ICMS despencaram. A segunda fonte de receitas vem das atividades do petróleo. Tais receitas tiveram uma redução de 70% em termos reais entre 2013 e 2017. Houve uma queda das principais receitas, totalizando, aproximadamente, 20 bilhões de reais por ano.

CC: Quais os maiores problemas que o estado enfrentou nos últimos anos?

JS: Os governantes não tiveram a preocupação com o planejamento econômico e social.

Predominou entre as elites políticas a cultura e a prática do patrimonialismo. E para tanto faziam de tudo para se manter no governo. E conseguiam. Infelizmente, tinham votações extraordinárias. Não chegavam ao Palácio da Guanabara pela via do golpe, mas pelo voto popular. A degradação da segurança pública, da saúde e da educação é apenas uma consequência das ideias da elite política que temos. O problema mais relevante não é a quantidade de dinheiro que roubavam. Um problema ainda maior é que não tinham tempo nem vontade ou ideias



GUILHERME PINTO/EXTRA/AG. O GLOBO E VALTER CAMPANATO/ABR

número 35% inferior àquele dos festejos de 2016, quando foram computados 9.016 delitos entre a sexta-feira e a Quarta-Feira de Cinzas. No Carnaval de 2018, foram notificados 86 homicídios dolosos, número bem inferior ao dos anos anteriores: 94 assassinatos em 2017 e 101 em 2016.

Hoje com cerca de 60 mil assassinatos por ano, o Brasil registrou mais mortes violentas de 2011 a 2015 do que a Síria em guerra nesse mesmo período, atesta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Uma tragédia sem precedentes no mundo civilizado, mas não restrita ao Rio de Janeiro. A análise das séries históricas de crimes contra a vida tampouco permite falar em situação excepcional. Embora o índice de “letalidade violenta” (categoria que abranja as ocorrências de homicídio doloso, mortes decorrentes de intervenção policial, latrocínio e lesão corporal seguida

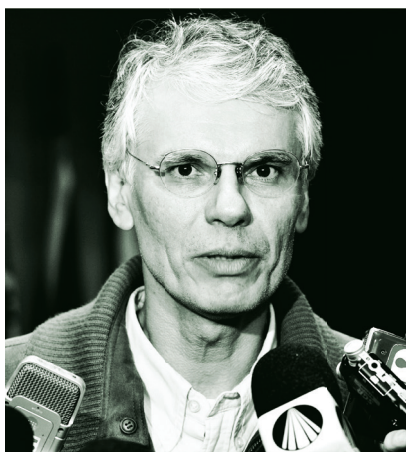
de morte) esteja em ascensão desde 2015, ele é o mesmo do fim dos anos 2000, tanto no estado quanto na capital. A taxa de 32,5 mortes violentas por 100 mil habitantes na cidade do Rio é menos da metade da registrada em meados da década de 1990. No estado, o cenário é muito parecido (*gráficos à pág. 28*).

Além disso, o Rio de Janeiro é o décimo estado com maior taxa de mortes violentas do País, como atesta o *ranking* do Fórum Brasileiro, com dados de 2016.

NÃO HOUVE EXPLOSÃO DA VIOÊNCIA NO RIO. A TRAGÉDIA É A MESMA DE OUTROS CARNAVAIS

Ou seja, outros nove estados possuem índices mais elevados de crimes contra a vida, a exemplo de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas, líderes incontestes da listagem. Qual é o sentido de o Planalto intervir no Rio se outras unidades da Federação estão em situação ainda mais dramática? Em meio a uma guerra de facções criminosas, o Ceará vive momento delicado e recebeu de Temer o apoio de uma diminuta força-tarefa, integrada por 26 agentes da Polícia Federal e 10 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública. Por que uma solução tão diferente?

Curiosamente, o próprio interventor do Rio, general Walter Braga Netto, reconheceu o exagero na percepção da violência no Rio. “É grave, mas não está fora de controle”, disse na sexta 16, durante uma entrevista no Palácio do Planalto. O oficial lamentou ainda haver “muita mídia” em cima do assunto. Cinco dias após o anúncio da intervenção, o Comando



Sicsú: a crise e a Lava Jato também são responsáveis

mais recentes no caso fluminense. Entre os estruturais, porque estabelecidos na Constituição, está, por exemplo, o ICMS do petróleo. O ICMS é cobrado para todos os produtos no estado de origem, exceto no caso do petróleo e da energia elétrica. Portanto, o Rio de Janeiro é muito prejudicado por ser um grande produtor de petróleo. Muitos avaliam que tal regra impõe uma perda anual de 8 bilhões de reais ao estado. Entre os fatores mais recentes está a atuação

da Operação Lava Jato. Enquanto a recessão causou o desemprego que pode ser revertido, a Lava Jato atinge as empresas. Impede que estaleiros possam fazer contrato ou receber dinheiro da Petrobras. Portanto, a Lava Jato fecha empresas (estaleiros Mauá e Eisa) e paralisa obras (faz dois anos que há três navios inacabados no Mauá). Além disso, o fim da regra de conteúdo mínimo nacional para a produção de navios, plataformas e embarcações para a Petrobras disseminou o desemprego na indústria naval do Rio de Janeiro. Eram mais de 30 mil trabalhadores nos estaleiros, hoje são menos de 5 mil.

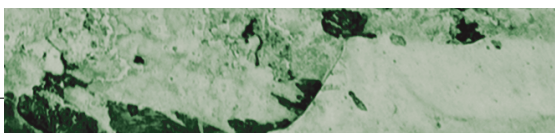
CC: O que o próximo governador do Rio de Janeiro encontrará pela frente?

JS: O próximo governador somente poderá reverter o quadro de degradação econômica e social se conseguir convencer o governo federal a fazer um plano de investimentos sociais e de geração de empregos no estado. Não há solução local para o Rio de Janeiro. A saída é utilizar recursos federais. Tem de haver uma mudança total nas prioridades federais. Mudar a política econômica do governo federal e todas as leis que impeçam a recuperação do Brasil e do Rio de Janeiro deve ser o lema do próximo governador. Não haverá solução isolada, repito.

para pensar no desenvolvimento do estado.

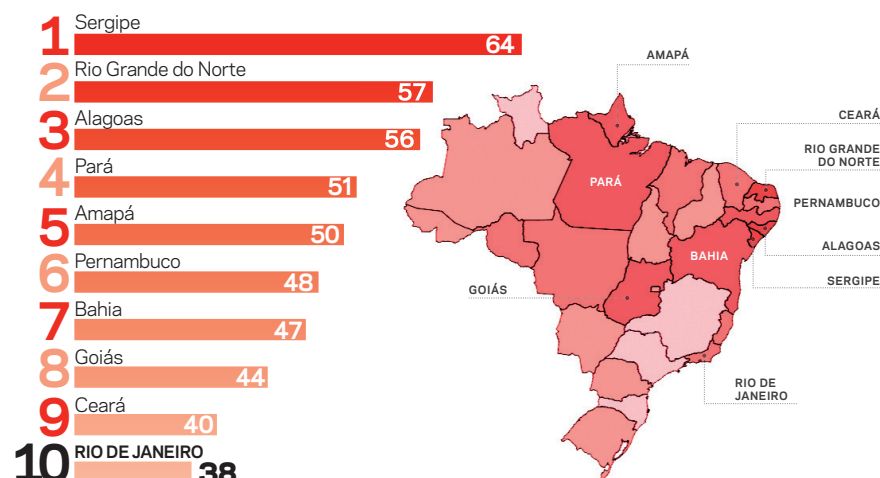
CC: O caso do Rio de Janeiro é mais grave do que de outros estados da Federação?

JS: Sim, é mais grave. Há fatores estruturais e outros



POR QUE O RIO?

Ranking dos estados com maior taxa de mortes violentas intencionais (por 100 mil habitantes, 2016)

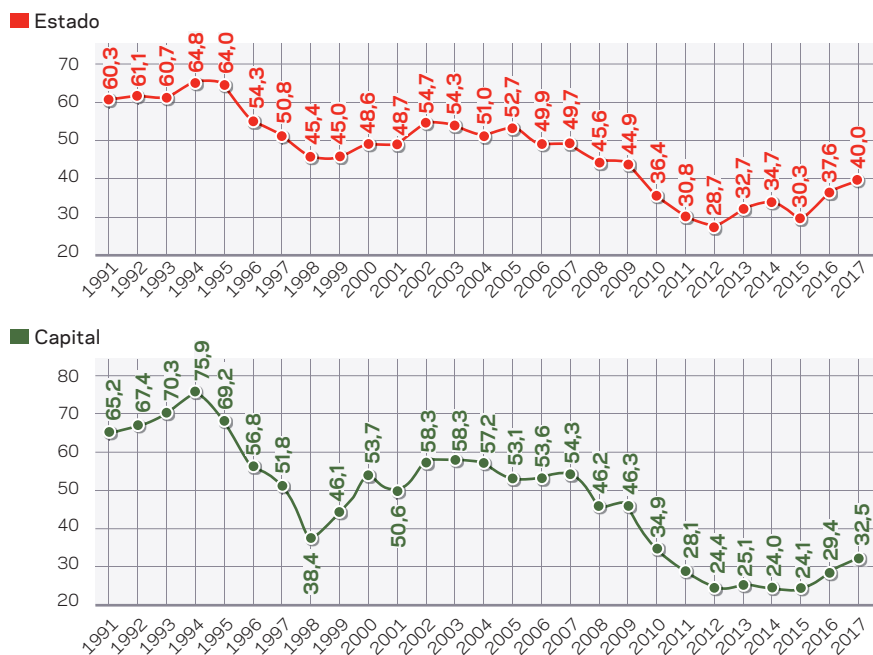


Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Obs.: A categoria agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, vitimização policial e mortes decorrentes de intervenção policial

JÁ FOI PIOR

Taxa de mortes violentas por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), com dados da Polícia Civil do Rio de Janeiro e do IBGE

Obs.: O indicador considera os homicídios dolosos, os latrocínios, as mortes decorrentes de intervenção policial e as lesões corporais seguidas de morte

Militar do Leste informou que o grupo de trabalho para assessorar Braga Netto ainda estava em formação, e mencionou reuniões para fazer “um diagnóstico da segurança pública no estado”.

A despeito da infeliz declaração sobre a Comissão da Verdade, o general Eduardo Villas Bôas ainda é uma das vozes mais moderadas nos círculos militares. Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e professor de Relações Internacionais da Unesp, Alexandre Fuccille observa uma disputa no interior das Forças Armadas em relação à conduta a ser assumida. “Há ao menos duas vertentes do Exército”, explica. Uma é justamente aquela de Villas Bôas, que acha temerária a banalização do emprego das tropas em atividades de segurança pública. A outra vertente é encabeçada pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Etchegoyen, que não vê problema algum e costuma repetir que “missão dada é missão cumprida”.

“Do ponto de vista político, Etchegoyen é muito mais próximo de Temer, até porque foi nomeado por ele na recriação do gabinete, extinto pela ex-presidente Dilma Rousseff”, diz Fuccille. “Já Villas Bôas foi nomeado por Dilma. Parece-me muito mais prudente a posição do comandante do Exército, que sairá em março, e então entrará alguém mais alinhado com o atual governo, o que vejo com muita preocupação.”

Apesar do uso recorrente das tropas em atividades de policiamento, essas operações não geraram resultados

**EM DOIS ANOS,
A EXTREMA
POBREZA DOBROU
NO ESTADO,
UM RETROCESSO
DE DUAS DÉCADAS**

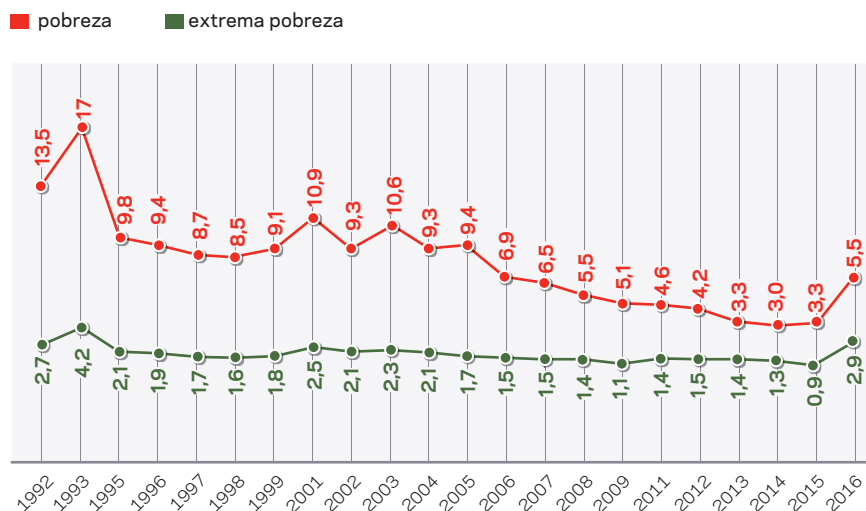
significativos, até por seu caráter de improvisação, avalia a pesquisadora Jacqueline Muniz, professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. “De Fernando Henrique Cardoso para cá, todos os presidentes fizeram uso das Forças Armadas como uma espécie de gambiarra”, diz a especialista. “No caso da Maré, gastaram-se ao menos 350 milhões de reais durante um ano (441 milhões de reais, segundo a resposta do Ministério da Defesa a um pedido feito no portal da Lei de Acesso à Informação), e o que se produziu foram desgastes e riscos.” Detalhe estarrecedor: em seis anos, de 2009 a 2015, os investimentos em programas sociais da prefeitura na comunidade somaram 303,6 milhões de reais, muito abaixo do valor despendido em um ano de ações bélicas.

Os moradores da comunidade reprovaram os militares. Segundo uma pesquisa feita pela ONG Redes da Maré, em parceria com o People's Palace Projects da Universidade Queen Mary (Reino Unido), 69,2% dos mil entrevistados disseram que a sensação de segurança não aumentou, 49% foram submetidos a revistas pessoais e 22% presenciaram confrontos violentos.

“Na comunidade, o Estado sempre negligenciou o direito à vida, à moradia digna, à educação de qualidade. Só ofereceu o seu braço armado, como se tanques de guerra fossem resolver os nossos problemas”, lamenta a jornalista Gizele Martins, nascida e criada na Maré. Uma das cenas que mais marcaram Gizele foi a passagem dos blindados do Exército pelas apertadas ruas e vielas da comunidade, destruindo o frágil asfaltamento e os canos expostos das residências, erguidas na base do improvisado. “No auge da ocupação, chegamos a ter um soldado para cada 55 moradores, mas nunca tivemos um professor, um médico, um enfermeiro nessa mesma proporção. Percebe o absurdo?”

REGRESSÃO SOCIAL

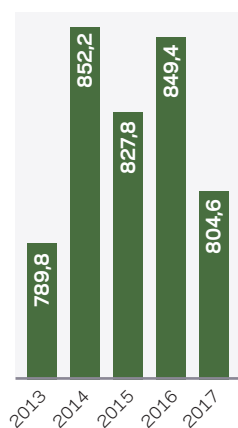
Evolução da população em situação de extrema pobreza e de pobreza no Rio de Janeiro, em %



Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. SAGI/MDS, Estudo Técnico nº 7/2016

MENOS AMPARO

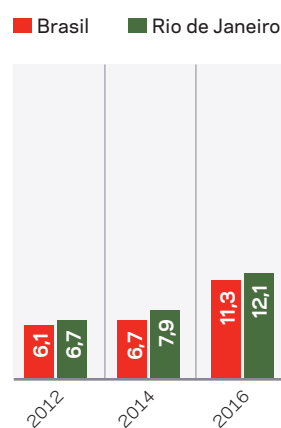
Beneficiários do Bolsa Família no Rio de Janeiro, em milhares



Fonte: SAGI/MDS

O DRAMA DO DESEMPREGO...

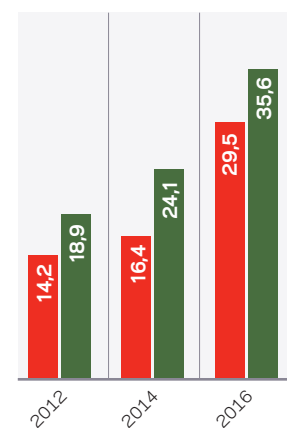
Taxa de desocupação da população com 16 anos ou mais economicamente ativa (total, em %)



Fontes: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. SAGI/MDS, estudo técnico nº 18/2016. Elaboração: Paulo Jannuzzi, Marcelo Vieira e Daniela Gomes

... É IMPLACÁVEL COM OS POBRES

Taxa de desocupação da população com 16 anos ou mais economicamente ativa (20% mais pobres, em %)



MAIS UM ATO DE EXCEÇÃO

POR RAFAEL VALIM*

A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro constitui outra celebração deplorável do sepultamento da Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, a consolidação da prática e do discurso autoritários no País. O projeto generoso da Carta de 1988 de edificação de uma sociedade livre, justa e solidária foi completamente substituído pela necropolítica neoliberal, em cujo seio o outro é visto como inimigo e não como semelhante.

As inúmeras e grosseiras inconstitucionalidades da intervenção, aliadas aos pronunciamentos das autoridades civis e militares, não deixam margem à dúvida ou entredúvida: o propósito não é “combater a criminalidade”. Trata-se de uma medida oportunista, adotada em virtude das eleições que se avizinham, cujo resultado óbvio e imediato será o sofrimento de milhares de excluídos, notadamente negros, mas cujo significado histórico e político ainda é uma incógnita.

Do ponto de vista procedimental, o decreto de intervenção foi emitido sem o pronunciamento prévio do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, em desacordo com os artigos 90, I, e 91, II, da Constituição Federal. Além disso, o decreto interventivo não especifica “a amplitude, o prazo e as condições de

execução”, nos termos do art. 36, § 1º, da Constituição. Há tão somente a outorga de competências genéricas ao interventor e a estipulação de um prazo aleatório, sem qualquer justificativa.

Some-se a isso o estapafúrdio dispositivo do decreto interventivo que afasta a aplicação da legislação estadual sobre os atos do interventor. A Constituição em nenhum momento estabelece a suspensão da eficácia de leis em decorrência da intervenção federal. A intervenção não promove alteração das competências públicas, senão que apenas substitui o titular de determinadas competências públicas. Talvez aquele que ocupa, de maneira ilegítima, o cargo de presidente da República tenha se esquecido de suas aulas de Direito Constitucional e, na verdade, quisesse instituir o estado de defesa ou estado de sítio, mas se confundiu na nomenclatura.

O coroamento desse ato funesto, entretanto, deu-se com a atribuição da natureza militar ao interventor. A revoltante declaração do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, a esse respeito, durante a reunião dos conselhos da República e de Defesa Nacional, no sentido de que os militares que atuarão na intervenção precisam de “garantias” para que não enfrentem “uma nova Comissão da Verdade”, esclarece, sem rodeios, a real

motivação dessa manobra. Quer-se com ela deslocar o julgamento dos atos praticados pelo interventor e seus subordinados para a Justiça Militar, o que significa, em outras palavras, uma licença para cometer ilícitos impunemente.

Agora, como se não bastasse esse quadro tétrico, cogita-se a expedição de mandados de busca e apreensão coletivos, a afrontar, de maneira evidente e inquestionável, o direito fundamental à inviolabilidade do domicílio e um comando explícito do Código de Processo Penal, segundo o qual o mandado de busca deverá “indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador”.

Lamentavelmente, tudo isso confirma a exaustão do diagnóstico emitido por mim e por alguns notáveis juristas, como Pedro Serrano, Gilberto Bercovici e Rubens Casara: medidas de exceção adotadas por todos os poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – estão destruindo a ordem constitucional brasileira. Resta apenas uma aparência mal disfarçada de legalidade, atrás da qual se esconde a prevalência da força bruta, da cupidez e do ódio ao pobre.

**Professor da Faculdade de Direito da PUC-SP e advogado.*

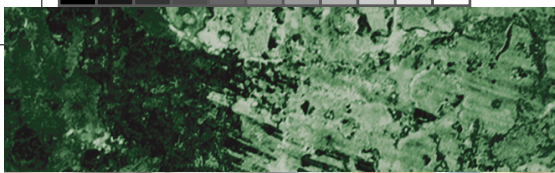


A guerra na Maré custou 441 milhões de reais, mais do que seis anos de investimento social

Durante o lançamento da última fase de montagem do submarino Riachuelo, ao lado de Temer e do ministro da Defesa, Raul Jungmann, o governador Luiz Fernando Pezão foi o único a lembrar a dimensão social da tragédia. “Precisamos muito de segurança, mas precisamos de emprego. Só ganhamos a guerra da segurança pública com uma carteira de trabalho assinada.”

A regressão social é mais do que evidente no estado. No Rio, a extrema pobreza dobrou em apenas dois anos, retrocedendo ao mesmo patamar de duas décadas atrás, revelam dados preliminares de um estudo conduzido pelo demógrafo Paulo Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, pelo assistente social Marcelo Vieira, professor-associado da PUC Rio, e pela consultora Daniela Gomes. A miséria atingia 1,3% da população fluminense em 2014, e passou a afetar 2,9% em 2016, um contingente de 480 mil desvalidos (gráfico à pág. 29). Para definir quem é extremamente pobre, os

RICARDO MORAES/REUTERS/LATINSTOCK



pesquisadores utilizam os parâmetros de público-alvo definidos pelo Plano Brasil Sem Miséria (renda mensal inferior a 70 reais em 2011, o equivalente a 1,25 dólar por dia, o mesmo critério usado à época pelo Banco Mundial). Os indicadores foram compilados com base em estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

O percentual de cidadãos na pobreza (a viver com até 140 reais mensais, 2,50 dólares por dia) também aumentou significativamente, atingindo 5,5% da população em 2016, o maior índice em oito anos. Na verdade, a regressão social pôde ser constatada em todo o País, mas a miséria avançou no Rio de forma muito mais intensa. “De um modo geral, o aumento dos índices de pobreza no Brasil tem relação com a elevada taxa de desocupação, com a extinção de postos de emprego formal, com a desestruturação do mercado de trabalho”, afirma Jannuzzi. “O fim das obras da Copa e das Olimpíadas e a crise no setor petrolífero deixaram o povo fluminense ainda mais fragilizado.”

No terceiro trimestre do ano passado, 14,5% da população do Rio com mais de

**GIZELE MARTINS,
DA MARÉ: “HAVIA
UM SOLDADO
PARA CADA
55 MORADORES.
NUNCA TIVEMOS
UM PROFESSOR OU
MÉDICO NA MESMA
PROPORÇÃO”**

14 anos de idade estava desempregada, enquanto a taxa de desocupação no País era de 12,4%, segundo a Pnad Contínua do IBGE. A divulgação dos dados do último trimestre de 2017 está prevista para a sexta-feira 23.

Tradicionalmente, o desemprego acomete, sobretudo, a parcela mais vulnerável da sociedade. Dos brasileiros que procuram trabalho há mais de um ano, 95% pertencem às classes C, D e E, indica uma recente pesquisa encomendada pelo Serviço de Proteção ao

Crédito (conhecido pela sigla SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Em média, o trabalhador leva 14 meses para arrumar uma nova ocupação.

No Rio, quando se analisa o grupo dos 20% mais pobres, mais de um terço da população economicamente ativa estava desempregada em 2016, indicam os dados compilados por Jannuzzi e sua equipe. Para agravar o cenário, o estudo demonstra a desarticulação da rede de proteção social fluminense. A quantidade de profissionais lotados nas unidades que ofertam serviços socioassistenciais no estado está em declínio nos últimos anos. O número de beneficiários do Bolsa Família está igualmente em queda, de 852,2 mil, em 2014, para 804,6 mil em 2017, um recuo de 5,6% no período.

De 2003 a 2014, o Brasil retirou mais de 29 milhões de cidadãos da pobreza, atesta o Banco Mundial. “Essa conquista só foi possível graças à forte geração de empregos no período, à formalização do mercado de trabalho, à valorização do salário mínimo, à ampliação da cobertura da Previdência rural e às políticas assistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício por Prestação Continuada”, resume a economista Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social. “Hoje, todos esses elementos estão sendo destruídos pelo governo, com a política econômica recessiva, a supressão de direitos trabalhistas, a falta de reajustes no salário mínimo e nos benefícios assistenciais.”

No caso do Rio, emenda, o cenário é mais grave devido à crise no setor de petróleo, que derrubou as receitas do estado e contribuiu para elevar o desemprego acima da média nacional. Após os carros alegóricos das escolas de samba, desfilam os tanques, mas a realidade continua a mesma. •

**Colaboraram: Beatriz Ramos e Laura Castanho*

